

# COEMA HEMETÉRIO DOS SANTOS: A “FLOR DE BELEZA” E “LUZ DE AMOR”. TRAJETÓRIA DE UMA INTELLECTUAL NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO CARIOCA



Luara dos Santos Silva<sup>1</sup>

## Resumo

O texto analisa aspectos da trajetória de vida da professora Coema Hemetério dos Santos Pacheco, problematizando as relações raciais, de gênero e classe no imediato pós-abolição na cidade do Rio de Janeiro. Inúmeros registros nos contam sobre a constante racialização das pessoas negras em geral, especialmente pela literatura ficcional e pseudocientífica, além de publicações feitas pela imprensa. Às mulheres negras o desafio lançado era ainda maior, pois elas precisavam lidar com os estereótipos raciais e de gênero, contornando a agressiva sexualização que as atingia em cheio. Questões que também estavam postas à professora Coema, intelectual negra, parte de uma família que pertencia aos círculos letrados e camadas médias da sociedade carioca daquele tempo. A jovem se mostrou exemplar na condução das funções de professora, esposa, mãe e filha, combinando qualidades intelectuais, uma “feminilidade respeitável” e o papel coadjuvante diante do “homem da família”, seu pai, Hemetério dos Santos. Ser uma “mulher respeitável” foi o modo pelo qual Coema falou diante daquela sociedade recém-saída da escravidão, expressando imagens positivas e afirmativas a respeito de si e de outras mulheres negras.

**Palavras chaves:** Coema Hemetério dos Santos Pacheco; relações raciais, de gênero e classe; pós-abolição carioca.

## Abstract

In this paper I seek to discuss teacher Coema Hemeterio dos Santos Pacheco lifestory aspects, problematizing race, gender and class relations at immediate post-abolition era in Rio de Janeiro City. Countless records tell us about Black People racialization, especially through the fictional and pseudoscientific litterature, as well as press publications. To the black women these were a bigger challenge because they also have to deal with racial and gender stereotypes, bypassing aggressive sexualization. In this carioca society, Coema as a black intellectual and literate family member also had to deal with these questions, being an exemplar teacher, wife, mother and daughter. She combined intellectual good qualities, a “respectable femininity” and a supporting role behind the “family man”, his father Hemetério dos Santos. Being a “respectable woman” was the way that Coema could speak in that post-abolition society, expressing by herself postives and affirmatives imagens about her and other black women.

**Keywords:** Coema Hemetério dos Santos Pacheco; gender, race and classe relations; carioca post-abolition era.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, PPGH - UFF.



## Fragmentos de uma história familiar

É amanhã o primeiro aniversário natalício da gentil Coema, filha do nosso amigo, o professor Hemetério José dos Santos. Coema é o nome da flor de beleza, luz de amor – do imortal poeta maranhense.<sup>2</sup>

O trecho em destaque foi publicado em outubro de 1889, no jornal carioca *Cidade do Rio*, propriedade de José do Patrocínio, uma das grandes figuras do movimento abolicionista brasileiro. Através dessa e de outras publicações na imprensa da época é possível identificar a relação de proximidade entre Patrocínio e o maranhense Hemetério José dos Santos, professor de Língua Portuguesa radicado na cidade desde o ano de 1875. Eles eram dois homens negros intelectuais e antirracistas, que conquistaram ao seu tempo visibilidade e reconhecimento público, ao mesmo tempo em que eram alvos de discursos e práticas racistas.<sup>3</sup> A proximidade entre ambos tinha raízes nos tempos de luta contra a escravidão, estendendo-se para além e revelando afinidade de propósitos, laços de solidariedade e identidades compartilhadas. À época dessa publicação o professor Hemetério contava trinta e um anos de idade, aproximadamente seis anos de magistério e onze de casamento com a também professora Rufina Vaz Carvalho dos Santos. Em 1889 o casal comemorava o primeiro aniversário de sua filha, a menina Coema – evento lembrado com bastante afetuosidade pelo referido jornal.

O nascimento da menina em 20 de outubro de 1888, cinco meses após a abolição oficial da escravidão em todo território nacional, foi um grande marco na vida do casal de professores não apenas por ser ela a primeira filha, mas também porque é a partir deste momento em que oficialmente passa a existir a família de sobrenome Hemetério dos Santos. A ação desse jovem nascido treze anos antes da *Lei do Ventre Livre*, filho da africana escravizada Domingas, alforriado e perfilhado aos cinco anos de idade pelo Major Frederico dos Santos Marques Baptisei<sup>4</sup>, foi um importante marco simbólico de agência e autonomia. Se ao longo de mais de trezentos anos as pessoas escravizadas foram marcadas pela imposição dos sobrenomes senhoriais ou mesmo por sua ausência, as

<sup>2</sup> *Cidade do Rio*, 19/10/1889, p.02. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>3</sup> SANTOS, Aderaldo Pereira dos. *Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)*. Tese de doutorado em História Social da Educação, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2019, pp.153-154.

<sup>4</sup> RODRIGUES, Tadeu Luís Maciel. Hemetério José dos Santos: educador, homem de letras e sua obra. IN: Congresso Brasileiro de História da Educação, p.03. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/HEMETERIO%20JOSE%20DO%20SANTOS-%20EDUCADOR%20HOMEM%20DE%20LETRAS.pdf>.



experiências de liberdade incluíam a ratificação da condição de pessoa autônoma e livre, autora de sua própria história. Uma (re) afirmação que passava por diversos caminhos, inclusive o poder de construir uma história familiar própria, definindo nomes e sobrenomes por e para si próprios. Ainda que os Hemetério dos Santos não tenham efetivamente vivido a experiência da escravidão, pertenciam a uma sociedade que insistentemente reconstruía formas de hierarquização social baseadas em cor e raça. Traziam na pele as marcas que os vinculariam aos antepassados escravizados ao longo de toda a vida.

Aos moldes do patriarcado daquela época - mas atravessado pelas desiguais relações raciais da época - o professor maranhense define por ele próprio os rumos a serem seguidos a partir da formação dessa nova família. Uma família negra, formada por um pai de cor preta e uma mãe “mulata”<sup>5</sup>, que construirá uma sólida trajetória no magistério público da cidade do Rio de Janeiro – Corte Imperial e capital federal a partir de 15 de novembro de 1889. Após a primogênita vieram mais cinco filhos: Octávio, Gulnare, Clóvis, Aristides e Luiz. Todos os seis filhos tiveram acesso à educação formal, as moças seguindo carreira no magistério público municipal e os rapazes exercendo outras funções em outros setores do serviço público.<sup>6</sup> O fato de todos os membros da família terem conseguido empregos na administração pública da então capital federal demonstra uma combinação eficaz entre o domínio da cultura letrada e a construção de boas relações interpessoais em uma sociedade onde imperavam práticas clientelistas e quase nenhuma separação entre as esferas pública e privada.<sup>7</sup> Neste sentido, mediante o prestígio e boas relações construídas a figura paterna delineava e abria caminhos para os demais membros da família.

---

<sup>5</sup> É o próprio Hemetério dos Santos que em artigo publicado no ano de 1913 identifica a esposa desta forma, indicando ser ela uma mulher negra de pele clara. Já em seu registro de óbito, ocorrido em novembro de 1952, consta que sua cor era parda. A discussão sobre cor e raça na formação social brasileira é analisada de forma primorosa em MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. 3 ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>6</sup> SILVA, Luara dos Santos. O negro nunca foi fraco, imoral ou ladrão: Hemetério José dos Santos, identidade negra e as questões raciais no pós-Abolição carioca (1888-1920). In: *Cultura negra: trajetórias e lutas de intelectuais negros*. Niterói: Eduff, 2018, v.2, p. 266-296.

<sup>7</sup> O clientelismo foi uma das principais marcas da Primeira República. Funcionando como um mecanismo de manutenção poderes locais, alimentava toda uma rede de relações interpessoais que poderia permitir o acesso a empregos, educação formal escolar, proteção da polícia em caso de necessidade etc. Basicamente era uma relação de troca de favores entre os que detinham e os que não detinham poderes, sustentada por relações sociais verticalizadas. Destaco dois estudos sobre o período que são complementares, ainda que possuam conclusões divergentes, muito importantes para a compreensão da tessitura das relações sociais e raciais na Primeira República: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MATTOS, Hebe. *A vida política*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010 - A abertura para o mundo (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85-132.



A figura de Hemetério, individualmente, costumava ser frequentemente associada a imagens racistas, especialmente em publicações relacionadas ao humor.<sup>8</sup> Eram ofensas que direta ou indiretamente o associavam a primatas (sic), justificando-se enquanto meras peças risíveis. Outros homens, figuras importantes da cidade ou mesmo do país, acabavam se tornando alvo das pilhérias de revistas como *Careta*, *O Malho* e *Fon!Fon!*,<sup>9</sup> contudo o conteúdo racial das charges e textos escritos relacionados ao professor expressam um vínculo direto com as teorias raciais em voga que afirmavam a inferioridade (sic) das pessoas negras.<sup>10</sup> Embora os ataques fossem dirigidos à figura de um único homem, pode-se dizer que eles continham uma espécie de caráter pedagógico por traduzirem a um amplo público leitor as perspectivas raciais pautadas por noções de superioridade branca e inferioridade de todos aqueles que não se encaixassem neste padrão. Assim, as publicações traduziam tais perspectivas ao mesmo tempo em que reforçavam uma espécie de “opinião pública” sobre a população negra em geral.

Os mesmos ataques, porém, não aconteciam quando se tratava das mulheres e do conjunto familiar como um todo. Duas são as hipóteses que explicariam isto: de um lado, o protagonismo intelectual e combativo concentrava-se na figura do “homem da família”; de outro, temos uma família perfeitamente alinhada aos padrões comportamentais esperados daqueles que pertenciam – ou que desejassem pertencer – aos círculos letrados e prestigiados da sociedade. Percorrendo as páginas de diferentes periódicos da cidade em busca de registros sobre os Hemetério dos Santos, localizei referências bastante elogiosas a cada um de seus membros e ao conjunto familiar. Especialmente em “notas sociais” que informavam sobre a vida social da cidade, eles eram associados a adjetivos como “gentil senhorita”, “senhor”, “Mme” (madame), “distintos”. Embora não fosse exclusividade da família Hemetério dos Santos estar positivamente representada nas

---

<sup>8</sup> Revistas satíricas populares como *Careta*, *Fon-Fon!* e *O Malho* costumavam publicar charges e textos ironizando diretamente homens negros como o professor Hemetério e o político Monteiro Lopes. Eram sempre textos racistas que associavam tais homens a animais como símios e primatas. Sobre isto ver mais em: SILVA, Luara dos Santos. *Etymologias, preto’: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPRER-CEFET/RJ), Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2015.

<sup>9</sup> Ver mais em: ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. Do (in) visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. *Estudos Históricos*, vol. 26, nº 52. Rio de Janeiro: CPDOC, julho-dezembro de 2013, p. 316-345.

<sup>10</sup> Trata-se de um conjunto de pensamentos elaborados por homens brancos, em sua maioria, defendendo a aplicação de noções da Biologia ao mundo social. Tais ideias buscavam explicar e justificar as diferenças físicas e culturais a partir de noções de “superioridade” e “inferioridade”. No primeiro grupo estariam os brancos, já no segundo estariam negros, indígenas e mestiços. Mais sobre o assunto em: SCHWHARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



páginas dos periódicos da cidade do Rio de Janeiro, o fato de ser uma família negra nessa posição demonstra que, em conjunto, alcançaram certo êxito na construção de um lugar de respeitabilidade.

O lugar da respeitabilidade alcançado pelos Hemetério dos Santos também esteve relacionado ao exercício do magistério do casal, o que lhes permitiu construir capital simbólico e algum capital material. O núcleo familiar residiu a maior parte da vida à Rua Barão de Ubá, bairro de São Cristóvão, dividindo o endereço com a 7ª escola do 5º distrito.<sup>11</sup> O casal de professores tinha por fonte de renda os salários recebidos por Hemetério como docente do Colégio Militar, da Escola Normal Livre e da Escola Normal Oficial. Já Rufina atuou ao longo de toda a vida profissional como professora do ensino municipal, ocupando o posto de catedrática e exercendo a função de diretora em algumas das escolas pelas quais passou.<sup>12</sup> Considerando os vencimentos e aumentos salariais do casal de professores Hemetério e Rufina Colégio Militar, pode-se dizer que a renda mensal da família estivesse entre 400\$000 a 500\$000 réis mensais.<sup>13</sup> Esta renda lhes proporcionava alguma estabilidade financeira, embora não fossem poucas as situações de atraso no salário pago pela administração da capital federal.<sup>14</sup> Segundo o historiador Eric Brasil, entre anos de 1909 e 1913 o custo de vida individual mensal girava em torno de 110\$000 (cento e dez mil réis); ao passo que o custo de vida de uma família formada por quatro pessoas custava aproximadamente 210\$000 (duzentos e dez mil réis).<sup>15</sup> Mediante tais dados fica claro que a família Hemetério dos Santos não vivia em condições de pobreza, mas também não pertenciam às camadas altas daquela sociedade.

---

<sup>11</sup> SANTOS, Aderaldo Pereira dos. *Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)*. Tese de doutorado em História Social da Educação, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2019, p.149.

<sup>12</sup> A carreira no magistério público municipal possuía diferentes níveis, iniciando-se em “estagiária gratuita”, que poderia ou não levar à incorporação definitiva. Em caso positivo, a professora passava a ser adjunta (de 2ª e depois de 1ª classe) e após alguns anos poderia ser professora catedrática (o topo da carreira). Estas diferenças indicavam não apenas hierarquias no exercício da profissão, mas também diferenças quanto aos vencimentos recebidos. A passagem de um nível a outro combinava tempo de serviço e o critério de “merecimento”.

<sup>13</sup> Estimativa aproximada, levando-se em conta valores salariais entre os anos de 1889 e 1910. Ver mais em: SILVA, Luara dos Santos. ‘Etymologias, preto’: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suco da Fonseca (PPRER-CEFET/RJ), Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2015, p.98.

<sup>14</sup> Informações levantadas em publicações do *Diário Oficial* durante os cinco primeiros anos republicanos revelam que Hemetério deu entrada em processos administrativos cobrando vencimentos não recebidos.

<sup>15</sup> BRASIL, Eric. *Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-Of-Spain, Trinidad (1838-1920)*. Tese de Doutorado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016, pp.85-86.



Os Hemetério dos Santos eram pessoas que dominavam plenamente as ferramentas de leitura e escrita, compartilhando uma bagagem intelectual que, em linhas gerais, legitimava o status quo branco e instrumentalizava formas de distinção e hierarquização social. Assim, é possível afirmar que a família pertencia às camadas médias da sociedade, não tanto por seus recursos financeiros em si, mas porque compartilhavam costumes, valores e códigos culturais referentes a estes grupos. Nesse mundo do imediato pós-abolição as pessoas experimentaram hierarquias pautadas na origem social e na cor da pele, além de viverem sob a hegemonia de uma pequena elite branca. Tal hegemonia, por meio de rebuscadas teorias que se pretendiam científicas - portanto pseudocientíficas<sup>16</sup> - ou através de rasas ironias abertamente racistas, atingia às mulheres e homens negros, paupérrimos ou não, que não escapavam de diferentes formas de racismo ao longo de suas vidas. Nesse mundo atravessado por hierarquias de classe, raça e gênero, os membros da família Hemetério dos Santos tiveram papel extremamente ativo, afirmando projetos de vida para além das marcas da escravidão e do racismo de seu tempo.

### **Coema Hemetério dos Santos, o “início da manhã” e a continuidade familiar.**

O nome Coema, de origem Tupi, significa “o início da manhã”<sup>17</sup> e a escolha feita por seus pais é bastante simbólica por marcar, como dito anteriormente, o início da família Hemetério dos Santos. O “início da manhã” dos Hemetério dos Santos, uma menina negra nascida na cidade do Rio de Janeiro, teve acesso à educação formal desde as primeiras letras e ingressou na Escola Normal Oficial em 1904. Nesse ano ela cursou o 1º ano do Curso Diurno, sendo aprovada nas disciplinas de Francês (“com distinção”), Português (“plenamente”), Aritmética, Caligrafia, Ginástica, Trabalhos de Agulha, Trabalhos Manuais, Música, Geografia (somente na segunda chamada). Em 1905, aos dezessete anos, ela foi matriculada no 2º ano do Curso Noturno. Seguiu os estudos no período

---

<sup>16</sup> Nomeá-las enquanto pseudocientíficas é uma forma de, no tempo presente, demarcar o mesmo lugar antirracista defendido por intelectuais como o professor Hemetério entre fins do século XIX e início do XX. Neste sentido destaco também o intelectual e educador Manoel Bomfim que as qualificava enquanto “(...) *sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado pela ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes.*”. Ver mais em: BOMFIM, Manoel. *A América latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p.190. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>. Acesso em: 10/04/2020, às 15h.

<sup>17</sup> Referências em: <https://www.recantodasletras.com.br/juvenil/5765966>, [https://www.geocities.ws/indiosbr\\_nicolai/tupihm.html](https://www.geocities.ws/indiosbr_nicolai/tupihm.html) e <http://minidicionariotupiguarani.blogspot.com/2016/08/c.html>. Todos consultados em 14/10/2019, às 12h.



noturno até concluir o curso em 1907, aos dezenove anos. Aos vinte anos, em 1908, a jovem Coema “foi aprovada com distinção no exame de prática escolar”.<sup>18</sup>

A trajetória escolar foi percorrida com relativo sucesso e acompanhada de perto pelo pai que era professor de Língua Portuguesa da instituição no Curso Noturno. A opção por cursar a Escola Normal no período da noite indica que possivelmente ela já exercesse a profissão no período diurno, ou pode ter sido apenas uma opção familiar para que ela fosse seguida de perto pelo pai. A estreita relação entre pai e filha era ressaltada com frequência em publicações da imprensa, enfatizando as qualidades intelectuais da “herdeira” do “reputado professor”. Localizei publicações realizadas por pai e filha em dois periódicos da imprensa pedagógica, *O Magistério*<sup>19</sup> e *A Escola Primária*<sup>20</sup>, onde ambos desenvolveram lições de Português, relacionadas à gramática e à norma da culta da língua.

Hemetério fez muitas publicações na imprensa corrente, sempre demonstrando profundo conhecimento da Língua Portuguesa e desenvolvendo densas reflexões sobre a educação popular na recém-instaurada república brasileira. Outra temática recorrente em seus artigos eram as questões raciais do seu tempo: recorrendo ao passado para afirmar as boas qualidades do negro, ele era contundente nas críticas ao racismo que atingia às pessoas negras, inclusive a ele próprio. Suas reflexões sobre a temática racial eram publicadas em jornais como *O Paiz*<sup>21</sup> e não em periódicos destinados exclusivamente aos professores e alunos. Embora nos seja possível suspeitar, não há qualquer vestígio mais concreto e seguro que indique uma autoria conjunta entre pai e filha na escrita destes artigos de opinião. As dezenas de publicações que discorriam sobre a educação, normas da Língua Portuguesa ou questões raciais tinham uma única autoria identificada: a de Hemetério José dos Santos.

---

<sup>18</sup> Informações localizadas no Histórico Escolar da aluna Coema Hemetério dos Santos, depositado no Centro de Memória da Educação Brasileira do Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro (CMEB-ISERJ), na cidade do Rio de Janeiro. Tal documento encontra-se disponível em formato digital nesta instituição, sendo-me gentilmente cedido pelos profissionais responsáveis pelo setor no ano de 2018.

<sup>19</sup> Revista feita por e para educadores que circulou entre 20/08/1909 e 30/11/1909. A mesma está arquivada na Seção de Periódicos Raros da Biblioteca Nacional, podendo ser acessada na Hemeroteca Digital Brasileira, através do endereço eletrônico: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>20</sup> Revista mensal sob a direção de inspetores escolares do Distrito Federal circulou entre 01/10/1916 e março de 1938 (sob a direção dos Superintendentes do Departamento de Educação). A mesma está arquivada na Seção de Periódicos Raros da Biblioteca Nacional, podendo ser acessada na Hemeroteca Digital Brasileira, através do endereço eletrônico: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>21</sup> Um dos mais importantes jornais do cenário nacional circulou entre os anos de 1884 e 1934, participando ativamente das questões políticas e sociais do país e da cidade do Rio de Janeiro. O mesmo também está disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



Em 21 de abril de 1910 o jornal *O Século* publicou em primeira página um artigo contando aos seus leitores sobre o transcorrer da palestra “O Curso Nocturno”, realizada na noite anterior pelo professor Hemetério dos Santos. Ocorrida na Associação dos Empregados do Comércio, a fala do educador versou sobre as necessárias reformas no ensino e um manifesto contra o fechamento do curso noturno na Escola Normal, instituição onde ele atuava como professor e onde a filha primogênita cursou a maior parte de sua formação. Dentre as dezenas de pessoas presentes, professores e autoridades, a jovem Coema também foi identificada prestigiando a apresentação paterna.

Em março de 1911 a professora Coema foi oficializada “substituta da cadeira de português do 1º e 2º ano” do Curso Noturno da Escola Normal.<sup>22</sup> Um ano antes, em 1910, aos vinte e dois anos de idade, ela fora designada professora adjunta pela *Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal* da então capital republicana. De acordo com a biografia publicada em 1913 pela revista *A Cidade*, ela ocupava o posto na Escola Normal desde 1909, visto que:

Herdeira natural dos dotes didáticos que ilustraram e tornaram vantajosamente reputado o professor Hemetério, estava naturalmente encaminhada para substituí-lo na cadeira de Português, que leciona na Escola Normal. Fê-lo com a proficiência dos mestres consumados, em 1909 e atualmente continua, no curso da língua materna, a reger uma turma, fazendo-o com grande proveito para os discípulos.<sup>23</sup>

Em 27 de fevereiro de 1912 Coema Hemetério foi designada professora adjunta municipal da 7ª escola do 5º distrito da cidade, “a cargo” da diretora Rufina Vaz, sua mãe. A parceria direta entre mãe e filha durou dois anos, quando em 1914 a jovem foi designada para a 12ª escola feminina desse mesmo distrito.<sup>24</sup> No início do ano de 1913 há registros de sua atuação como professora de Português no Curso Noturno e da participação em “comissões examinadoras para exames da 2ª chamada” na Escola Normal.<sup>25</sup> Ao final desse mesmo ano, ela e demais colegas do magistério estavam incumbidas de organizar, fiscalizar salas e recepcionar visitantes à exposição pedagógica anual, inaugurada em 20 de dezembro, no edifício da Escola Modelo Estácio de Sá (bairro de São Cristóvão). Segundo a publicação da Inspeção Escolar do 5º distrito, professores catedráticos e adjuntos deveriam participar ativamente da exposição que seria

---

<sup>22</sup> Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB/ISERJ). Livro de Designações, 1911, p.146.

<sup>23</sup> Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos Raros. 02/04/1913, p.05. Dedicada aos “assuntos municipais”, a revista de propriedade de A. Soutinho circulou na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1912 e 1920.

<sup>24</sup> *O Paiz*, 28/02/1912, p.06. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>25</sup> *O Paiz*, 23/02/1913, p.09. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



“franqueada ao público, diariamente, das 6 às 9 horas da noite, até o dia 27, quando será encerrada às 8 horas, exceção feita ao dia 25, no qual não haverá exposição”.<sup>26</sup>

A casa onde a família Hemetério dos Santos residiu durante boa parte de suas vidas estava localizada no mesmo endereço onde funcionava a 7ª Escola Feminina do 5º Distrito, situada à Rua Barão de Ubá, n.21, bairro de São Cristóvão. Eles não eram os proprietários de sua própria residência, vivendo em um imóvel pertencente à administração pública municipal. Por outro lado, pode-se dizer que esta era uma situação mais confortável diante da realidade da maioria esmagadora da população que precisava pagar aluguel para ter um teto onde se abrigar. Neste mesmo endereço, em 01 de abril de 1916, a professora Coema anunciava que ministraria o curso preparatório ao concurso da Escola Normal.<sup>27</sup> A movimentada rotina de professora pública do ensino primário durante o dia era conjugada ao exercício na Escola Normal durante as noites, à escrita e publicação de artigos didático-pedagógicos e à vida em família que incluía marido e filho. Atuando oficialmente na profissão desde o ano de 1908, na função de “estagiária de 2ª classe” na Escola Modelo Gonçalves Dias (localizada no bairro de São Cristóvão)<sup>28</sup>, a professora completou sete anos de efetivo exercício em 1915 e fez parte de uma grupo de educadoras promovidas “por merecimento” à condição de “professora adjunta de 1ª classe”, enquanto outras estavam sendo promovidas “por antiguidade”.<sup>29</sup>

Nos anos de 1914 e 1916, a professora teve deferimento de duas licenças médicas que contabilizavam sessenta e trinta dias de afastamento, respectivamente. Em 1916, ainda em licença médica, Coema foi novamente designada professora da 7ª escola feminina do 5º distrito, agora, porém, “a cargo” de outra diretora visto que sua mãe, a professora Rufina, havia se aposentado nesse mesmo ano.<sup>30</sup> É interessante observar a proximidade entre a data da licença médica em 1916, concedida em 08 de abril, e o anúncio das aulas preparatórias para o Curso Normal de que falamos anteriormente, em 01 de abril do mesmo ano. A necessidade das aulas particulares e o simultâneo exercício no magistério público municipal indicam que os seus vencimentos também eram importantes para a sobrevivência material de sua família, formada por marido e um filho. É possível que o excesso de trabalho tenha lhe causado problemas de saúde física, ou que

---

<sup>26</sup> *O Paiz*, 11/12/1913, p.20. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>27</sup> *Correio da Manhã*, 01/04/1916, p. 03. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>28</sup> *Correio da Manhã*, 10/03/1908, p.04. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>29</sup> *O Paiz*, 27/11/1915, p.07. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>30</sup> *Correio da Manhã*, 20/04/1916, p.02. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



tenha motivado o seu afastamento por questões emocionais – algo relativamente comum ao cotidiano das professoras primárias já naquele tempo.

O levantamento realizado nos periódicos da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital) nos remete a dezenas de referências à professora Coema Hemetério dos Santos Pacheco, indicando o exercício do magistério até o início dos anos de 1960, quando ela já tinha mais de setenta anos de idade.<sup>31</sup> Ela é o “início” e a continuidade de uma trajetória familiar de professores e funcionários da administração pública municipal que, de acordo com os padrões de seu tempo, construíram um legado que combinava boas qualidades profissionais, intelectuais e morais.

### **Pode a mulher negra falar?**

As investigações sobre as agências negras no pós-abolição levantam uma profusão de experiências que rompem com a clássica narrativa de que decretado o fim do sistema escravista em 13 de maio de 1888 a população negra, “largada e abandonada à própria sorte”, experimentou apenas o caos e a desorganização social que culminariam com a completa exclusão da nova sociedade que se construía. Essa interpretação construída por estudiosos das relações raciais, dentre os quais se destacam Florestan Fernandes e Roger Bastide, representa um golpe contundente contra os postulados de “harmonia” e “ausência de conflitos e de preconceito racial” consolidados pela produção de Gilberto Freyre.<sup>32</sup> Tais estudos priorizaram abordagens estruturalistas que denunciavam a persistência da discriminação racial na sociedade brasileira, comprovando empiricamente a inexistência de uma “democracia racial” brasileira.<sup>33</sup> Por outro lado, essa perspectiva acabou por secundarizar - e em alguns casos apagar - a multiplicidade de experiências negras de

---

<sup>31</sup> *Diário de Notícias*, 23/09/1961, p.05; *Correio da Manhã*, 14/02/1963, p.07. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>32</sup> A partir da obra *Casa Grande & Senzala* (1933), Gilberto Freyre se consolida como uma importante referência intelectual nos estudos das relações raciais no Brasil, construindo uma narrativa que se tornaria hegemônica, defendendo a existência de “harmonia racial”, “ausência de conflitos”, “escravidão branda”, na sociedade colonial e pós-colonial brasileira. De um lado, ele propõe outros olhares sobre a mestiçagem no Brasil, defendendo sua positivação. Por outro lado, e como desdobramento destas perspectivas, suas formulações foram decisivas para a construção daquilo que pode ser entendido como um dos pilares centrais das relações raciais no Brasil: o “mito da democracia racial”. Essas proposições estão presentes principalmente em “*Casa Grande & Senzala*”, publicada originalmente em 1933.

<sup>33</sup> Um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, o Projeto Unesco contou com estudos de diferentes estudiosos brasileiros e estrangeiros como Florestan Fernandes, Costa Pinto, Thales de Azevedo, Roger Bastide, Donald Pierson, Oracy Nogueira. O objetivo maior da pesquisa era o de entender os fatores econômicos, sociais, políticos, psicológicos e culturais que permeavam as relações raciais brasileiras. São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro foram os principais “laboratórios” para tais pesquisas. Ver mais em: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34, 3ª Edição, 2009.



homens e mulheres nesse mesmo pós-abolição que, em seus projetos individuais e coletivos, buscaram formas de inserção e o fim do “preconceito de cor”.

Em diálogo crítico a tais postulados – conhecidos como “paradigma da anomia” –, as historiadoras Ana Lugão e Hebe Mattos propuseram a desconstrução dessas narrativas nas quais predominam visões dos escravizados e de seus descendentes sendo pura e simplesmente “mercadorias”, “sem desejos e nem vontades”, “sem família” e “deformados pela escravidão”. Nesse mesmo caminho, ambas propõem que o pós-abolição seja compreendido como um “problema histórico” que engloba as experiências, anseios, demandas por inclusão de todos aqueles que direta ou indiretamente estavam atrelados ao sistema escravista. Assim, esses sujeitos passam a ser encarados como agentes históricos donos de experiências que são fundamentais para a compreensão do que construiu a partir do dia 13 de maio. Não se trata de negar as estruturas sociais e as hierarquias raciais decorrentes- construídas ao longo de mais de três séculos de escravização das pessoas negras. Mas, de discutir de que maneiras e por quais caminhos os sujeitos vivenciaram essas estruturas. Para tal é necessário considerar aspectos como “possibilidades de negociação”, “resistência e revolta”, “formação e reconstituição familiar”, “produção de cultura”, dentre outras.<sup>34</sup>

Assim sendo, diversas pesquisas têm sido desenvolvidas sob a perspectiva da “agência negra”, trazendo à tona as experiências individuais e/ou coletivas daqueles que sob um olhar mais estruturalista acabaram sendo invisibilizados. Tais estudos centrados nas experiências negras, incluindo os que investigam o imediato pós-abolição carioca, estão centrados em figuras masculinas. São histórias nos contam sobre as formas pelas quais homens negros buscaram acessar uma cidadania plena, obter reconhecimento público dos seus valores e competências, e a eliminação da discriminação racial e desigualdades decorrentes dela.<sup>35</sup> Homens negros que estavam presentes e atuantes nos mais diversos lugares da sociedade, entre eles os prestigiosos “círculos letrados”, dominando todos os códigos culturais legitimados socialmente. Intelectuais que, como o

---

<sup>34</sup> MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo – família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>35</sup> ABREU, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, pp. 92-113; BRASIL, Eric. *Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-Of-Spain, Trinidad (1838-1920)*, 2016; DANTAS, Carolina Vianna. Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa FBN/Minc, 2008; TAVARES, Alessandra P. Barbosa. Estando com Mano Eloy com seu lindo terno Azul: trajetória e redes de sociabilidade no pós-abolição. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2015, Florianópolis- SC.; dentre outros.



professor Hemetério dos Santos, estavam escrevendo em primeira pessoa, exercendo um protagonismo e buscando atuar diretamente na vida pública da cidade.

Frente às vozes masculinas discutindo racismo, ingressando na política oficial, atuando em mobilizações sociais, construindo associações de classe, pergunto: e as mulheres negras, onde estavam? O que pensavam? Onde e como expressavam suas ideias? Venho levantando registros históricos que me permitam trazer para o centro as experiências de mulheres negras letradas entre fins do século XIX e primeiros anos do XX. Busco por esposas, filhas, irmãs, comadres, amigas da família, enfim por mulheres pertencentes aos mesmos círculos letrados do qual faziam parte Hemetério dos Santos, José do Patrocínio, André Rebouças, Vicente Machado, dentre outros.<sup>36</sup> Deste modo, pude chegar até as mulheres da família Hemetério dos Santos, dentre elas a professora Coema, personagem central deste artigo.

O título que abre esta sessão é uma pergunta que venho fazendo incessantemente desde os primeiros momentos da elaboração da pesquisa em andamento e para a qual venho formulando hipóteses ainda sem respostas definidas. Essa busca me leva também às reflexões feitas por Grada Kilomba, intelectual negra dos nossos tempos, que discute as ferramentas do racismo contemporâneo e seu intenso diálogo com o passado colonial. Segundo ela, “(...) *a máscara do silenciamento* (...) foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos.”<sup>37</sup> A figura que abre sua reflexão é a da escravizada Anastácia, simbolizando o peso do silenciamento imposto aos sujeitos negros - e às mulheres negras em especial - em tempos de escravidão e pós-escravidão. Como já dito, nenhum membro da família Hemetério dos Santos vivenciou efetivamente a experiência da escravidão. Porém, eles foram parte de uma sociedade que diariamente desumanizava pessoas negras, impondo-lhes rótulos raciais e reforçando hierarquias pautadas em sua cor e raça.

A “herdeira natural” das qualidades do “reputado professor” carregava consigo a grande responsabilidade de fazer jus a esse renome, não desabonando em nada os esforços dos pais nessa construção de respeitabilidade. E como as demais mulheres negras de seu tempo, Coema encarava diariamente formas explícitas ou implícitas de racialização e sexualização das mulheres negras. Portanto, não bastava seguir a cartilha de moça

---

<sup>36</sup> Sobre isto ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2014.

<sup>37</sup> KILOMBA, Grada. *Memória da plantação- Episódios de racismo cotidiano*; tradução Jess Oliveira. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.33. Grifos da autora.



exemplar também imposta às suas colegas, professoras brancas. Mais que isso, era preciso se adequar aos padrões morais de feminilidade e ao mesmo tempo driblar o racismo. Suspeito que diante dessa realidade tenha havido certo consenso familiar quanto ao protagonismo do patriarca negro, o “homem da família”. Diante das imposições sociais relacionadas à raça e gênero é possível que a parceria intelectual entre o pai e filha tenha sido minimizada e não levada ao público leitor.

Localizei cinco publicações de autoria da professora Coema: um poema em 1909; e quatro lições de Língua Portuguesa entre 1922 e 1923. A pesquisa histórica é dinâmica e em seu desenrolar pode levar a outras descobertas, por isso nem sempre podemos tecer afirmações catedráticas e fechadas. Dessa forma, não utilizo como elemento central para a discussão a quantidade de publicações, mas o teor das mesmas em diálogo com as publicações de autoria do professor Hemetério dos Santos. No primeiro caso, a jovem de vinte e um anos de idade fala sobre amor em poema intitulado “Soneto”:

Tu podes dar a flor, não me aborreço,  
Ciúmes eu não tenho, tu bem vês,  
Se tiver algum dia, tu talvez  
Não percebas, amor, que já padeço.  
Zangas, ódios, também eu não conheço  
Vacilas... nisto tudo tu não crês?  
Olha este ramo, leva-o de uma vez,  
Não penses, não, não penses que enlouqueço.  
Vae, que te segue a luz do meu olhar,  
Não olhes para trás – só que te peço –  
Senão verás de lágrimas um mar.  
Volta, não sigas, não, meu coração,  
Já me sinto zangar, eu te confesso,  
Dá-me a flor, não mais a leves, não.<sup>38</sup>

Já nas publicações dos anos de 1920 quem fala é uma professora de trinta e cinco anos e que há quinze exercia oficialmente o magistério. Sua escrita é em primeira pessoa e se dirige às colegas de ofício, buscando fornecer subsídios para o fazer pedagógico em sala de aula:

Sujeito- Predicado  
(recapitular lições anteriores)  
Sei, perfeitamente, que a classe conhece sem hesitação, o período simples, composto, coordenado e subordinado.  
Vamos hoje tratar dos dois elementos essenciais da proposição: sujeito e predicado. (...) <sup>39</sup>

<sup>38</sup> BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Periódicos Raros. *O Magistério*, Ano I, n. 2, 30/09/1909, p.37.

<sup>39</sup> *A Escola Primária*, Ano 6, n.8, abril de 1922, p.72. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



Todas as lições publicadas por *A Escola Primária* seguem o mesmo modelo, servindo de fonte para o planejamento e execução de aulas de Língua Portuguesa e demonstrando o domínio da professora Coema Hemetério acerca de temas como “sujeito-predicado”, verbos, pontuação. Neste periódico eram publicadas desde lições a artigos de opinião sobre questões que permeavam o ensino na capital e em todo o território nacional. Temas como a “Educação Cívica”, “O problema da higiene nas escolas municipais”, “O nacionalismo e a instrução pública” ocupavam as páginas do periódico de publicação mensal. Dentre os textos publicados alguns eram assinados apenas por iniciais, mas a maioria tinha autoria identificada, variando entre autores homens e autoras mulheres. Geralmente os temas que versavam sobre questões da nacionalidade, da estrutura educacional, ações governamentais e política em geral eram assinados por homens. Um desses homens era o professor Hemetério dos Santos que, entre os anos de 1917 e 1937, publicou por volta de quarenta artigos sobre Língua Portuguesa e questões educacionais.

Ao tratar da “conquista do espaço público” pelas mulheres, a historiadora Rachel Soihet fala sobre uma “pedagogia” utilizada por mulheres como Bertha Lutz que pouco a pouco – e sem romper com os modelos de respeitabilidade vigentes à época – vão construindo “lugares de fala” (e de escuta) num espaço dominado por homens.<sup>40</sup> Outra historiadora que discute essa ocupação feminina é Maria Lucia Rodrigues Müller, problematizando os limites dessas agências e a possível autonomia decorrente da atividade docente. Segundo Müller:

O ingresso nos espaços do estudo e do trabalho docente possibilitava às moças transitarem sozinhas pela cidade. Porém, se deixavam de ser vigiadas em casa, não escapavam de ser vigiadas na rua. O exercício do trabalho docente implicava numa vigilância implícita de todos aqueles que transitavam pelo espaço público. (...) aparentar ser professora significava ter a convicção de que sua conduta e seus valores eram os mais adequados.<sup>41</sup>

Ambas apontam que as relações de gênero entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX estavam permeadas por visões cientificistas nas quais as mulheres eram entendidas como pessoas de menor capacidade intelectual, feitas para o “sentir” e, sobretudo, para a “missão natural” que eram o casamento e maternidade. Portanto, a

---

<sup>40</sup> SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n.15, 2000, pp.97-117.

<sup>41</sup> MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República, pp.07-08. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, s/d. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/111\\_maria\\_lucia\\_r.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/111_maria_lucia_r.pdf). Último acesso em 18/10/2019, às 12h30min.



“conquista do espaço público” e de maior autonomia por parte das mulheres pertencentes aos círculos letrados e camadas médias da sociedade foram processos que envolveram relações de gênero desiguais entre homens e mulheres, valores de classe e gênero definindo os padrões moralmente aceitáveis e ações dentro das normatizações definidas pela hegemonia masculina.

A associação entre mulher-casamento-maternidade foi peça fundamental na construção das agências femininas, tanto no espaço privado quanto no público. Para a jovem Coema não foi diferente, pois além das qualidades intelectuais e do nome “herdados” a moça seguiu o roteiro comum às moças do mesmo círculo social, casando-se em 1910, aos vinte e dois anos. O “enlace matrimonial” com Octavio Ferreira Pacheco, funcionário do Ministério da Agricultura, foi realizado em 21 de outubro de 1910, no civil e no religioso, tendo por um dos padrinhos ninguém menos do que o General Pinheiro Machado, um dos políticos mais importantes e influentes da Primeira República. Além da figura ilustre, “o auspicioso enlace” da filha do “provento educador” Hemetério dos Santos teve a presença dos “numerosos amigos que foram levar à sua residência os mais fervorosos votos de felicidade ao jovem par”.<sup>42</sup> A maternidade se somou à vida de esposa e professora pública primária.

Diante dos dados biográficos levantados até agora é possível dizer que a professora Coema Hemetério esteve perfeitamente alinhada aos modelos de feminilidade e respeitabilidade que vigoravam dentro e fora de seu círculo familiar. Um alinhamento que precisa ser problematizado à luz das relações raciais do período, e entendido para além de mero enquadramento às normas e modelos brancos. Deste modo, entendo esse movimento como um meio de se colocar e de falar dentro das possibilidades disponíveis e aceitáveis. O mesmo pode-se afirmar quanto sua apresentação estética:

---

<sup>42</sup> A *Ilustração Brasileira*, n.35, 01/11/1910, p.148. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.





Fig.1. *A Cidade*, 02/04/1913, p.05.

O comportamento exemplar expresso tanto na esfera pública quanto privada, alinhado a forma de sua apresentação estética transmitiam mensagens que remetiam à beleza, pertencimento social de certo prestígio e, principalmente, rebatiam os discursos médico-policiais da época que reverberavam visões estereotipadas e racializadas acerca da população negra e em especial das mulheres. O olhar profundo da fotografada, aliado ao texto biográfico sobre a professora adjunta de 2ª classe que desde a admissão à Escola Normal “(...) não desmereceu a fama que trouxera da escola primária, antes cresceu com o extraordinário zelo com que se houve em todo penoso Curso Normal”<sup>43</sup>, indicavam também seriedade e competência profissional.

Ao longo do pós-abolição e em especial em seus anos imediatos, inúmeras imagens estereotipadas e racializadas, atreladas às teorias pseudocientíficas, foram lançadas sobre a população negra. Todo um conjunto de ideias que vistas a partir das experiências femininas conjugaram estereótipos raciais e de gênero, investindo na construção de perspectivas que negavam as capacidades morais e intelectuais das mulheres negras de modo contundente. Para José Veríssimo “Nunca se notou bastante a depravada influência deste peculiar tipo brasileiro, a mulata, no amolecimento do nosso caráter. ‘Esse fermento afrodisíaco pátrio’(...) foi um dissolvente da nossa virilidade física e moral.”<sup>44</sup>. Já o renomado médico Raimundo Nina Rodrigues afirmava com convicção

<sup>43</sup> *A Cidade*, 02/04/1913, p.05. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>44</sup> VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ª ed., 1906, pp. 34-35.



que [é frequente] “(...) entre pessoas da raça negra a sensualidade tomar um aspecto francamente patológico, ou pelo menos de degenerescência manifesta.”<sup>45</sup> [grifos meus].

Tais pensamentos são expressões do racismo da época, travestidos de cientificidade e que justamente por isso nos permitem crer que ultrapassaram o âmbito acadêmico-intelectual, tendo ressonância sobre as vidas das pessoas negras. Ainda que não tenha havido nenhuma forma oficial de discriminação racial, diversas ações aparentemente pontuais expressavam a existência de mecanismos de exclusão de pessoas negras. No que tange aos documentos produzidos no âmbito da administração pública, mais especificamente na Diretoria de Instrução Pública, não se localiza nenhum indício explícito de racialização e hierarquização com base nesses tais critérios. Ao contrário, o que se vê é um completo silêncio não nos permitindo identificar quantas e quais eram os professores e alunos negros que integravam a educação pública da capital federal. Seriam os silêncios uma indicação da inexistência do “preconceito de cor” e da horizontalidade nas relações entre brancos e negros (pardos, mulatos, mestiços)? Nesta esteira de raciocínio, seria possível afirmar que mulheres negras como as professoras Rufina e Coema Hemetério experienciaram trajetórias profissionais livres de qualquer forma de racialização?

Se a racialização fosse um mecanismo circunscrito aos gabinetes de homens racistas como Nina Rodrigues, José Veríssimo, Monteiro Lobato, dentre outros, por que então a insistência de Hemetério no assunto? Seus artigos combatiam ideias e práticas cotidianas de discriminação pautadas na cor/raça, rompendo com a “máscara do silêncio” e falando em nome de todas as pessoas negras de seu tempo. O professor costumava ser categórico ao afirmar que as pessoas negras estavam em desvantagem naquela sociedade não por incapacidade, mas em decorrência de séculos de espoliação escravista, reatualizadas em novas formas de exclusão em tempos de pós-abolição. Segundo ele, os homens e as mulheres, descendentes dos africanos forçadamente trazidos ao Brasil eram os verdadeiros construtores da sociedade brasileira, os trabalhadores mais dedicados e por isso mesmo deveriam ser respeitados e reconhecidos.

Em “Pretidão de Amor”, conferência realizada em 1905, o professor defendeu diante da plateia majoritariamente feminina as altas qualidades das pessoas de cor preta, protestando “(...) contra a exclusão das crianças de cor de certos estabelecimentos de ensino.” Ao salientar que “(...) homens do mais alto valor intelectual [tenham] apreciado

---

<sup>45</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. *SciELO*, v.15, n.4, p.1151-1182, out.-dez., 2008, p.44.



e até mesmo amado mulheres da cor preta”<sup>46</sup>, Hemetério rebate perspectivas que combinavam estereótipos raciais e de gênero. Terá sido ele o único autor dessa conferência-panfleto, sem qualquer contribuição de sua esposa e filha? É possível suspeitar que a resposta seja negativa, ainda que a autoria registrada se circunscreva ao “homem da família”.

Quatro anos após a conferência em que defendeu as “boas qualidades” de homens e mulheres “de cor preta” em geral, foi a vez de o professor ir à público tratar de uma situação espinhosa e muito particular:

Há dias, o diretor geral da Instrução Pública, contra a lei, contra os regulamentos e contra as praxes, não consentiu que minha filha, D. Coema Hemetério dos Santos, examinasse as suas alunas: não há afronta maior para um docente, que preza a sua reputação profissional.

Pedi providências ao honrado Dr. Serzedello Correia, a quem me acostumei a respeitar, desde os tempos das conferências abolicionistas: mandou-me ao Dr. Silva Gomes, que, maciamente, docemente e risonhamente, me disse: ‘o que está feito, estava feito.’

Bravamente, fortemente e energicamente, eu protestei que não há ninguém que se possa sobrepor às leis e aos regulamentos, e às praxes... (...)

Na defesa de minha filha, duplamente ofendida, por ser mulher e por ser subordinada, eu talvez me haja excedido... Quem pensar que me cabe a culpa, atire-me a primeira pedra.<sup>47</sup> [grifos meus]

Impedida de avaliar suas alunas, silenciada no ato de defesa própria ao ser defendida em público pelo pai, a professora experimentava nessa situação – que pode não ter sido a única ao longo de sua trajetória – o silenciamento vindo da parte de homens brancos e negros. O que impediu a jovem professora de falar em defesa própria, de rebater a ofensa sofrida? O tom bastante direto do artigo não deixa muito espaço para supormos uma escrita conjunta, ficando bem clara a autoria exclusiva do patriarca narrando e rebatendo a situação. A voz legitimada a questionar diretamente as autoridades quanto ao ocorrido foi a masculina; sendo essa mesma voz registrada nas páginas de um dos mais importantes e poderosos jornais daquela época, defendo a filha e a si próprio.

Quase quarenta anos depois desse ocorrido, em 1948, Coema, aos sessenta anos de idade, participou da inauguração da Escola Hemetério dos Santos, situada na cidade do Rio de Janeiro. A notícia, intitulada “Homenagem à memória de um grande educador”, conta aos leitores todo o desenrolar da cerimônia e registra a presença da filha que presenteou a instituição com um retrato do homenageado. Além da professora Coema, o jornal registra a presença de “um velho amigo do saudoso educador”, o Dr. Carlos José

<sup>46</sup> *A Notícia*, 26/01/1906, p.03. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>47</sup> *O Paiz*, 21/12/1909, p.03. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



de Sousa, que falou “em nome da família (...), focalizando dados interessantes desde sua chegada a esta Capital, oriundo do Maranhão, até os últimos dias de sua existência e assim terminando (...).”<sup>48</sup> Mais uma vez quem fala em primeira pessoa e protagoniza a situação é uma figura masculina, tendo a atuação da filha se limitado à oferecer uma fotografia do pai.

É possível que a professora Coema em 1909 e em 1948 tenha buscado meios para projetar a sua voz, se fazer agente ativa mesmo que não tenha conseguido alcançar o objetivo, mas é possível também que ela tenha optado pelo silêncio. O que temos de concreto é que nas duas situações em questão sua fala e agência foram secundarizadas por homens negros e brancos, expressando a predominância da legitimidade masculina em dois tempos cronológicos ligeiramente distantes entre si. A distância é cronológica, mas o tempo histórico é o mesmo: o do pós-abolição. Tempo histórico que, guardadas as devidas especificidades, foi palco em movimento constante, lugar de agências onde homens e mulheres negras precisaram aprender a caminhar por entre desigualdades raciais e de gênero.

### **Considerações finais**

Os estudos sobre o imediato pós-abolição, relações raciais, gênero e história das mulheres nos fornecem a possibilidade de um fazer historiográfico que rompa cada vez mais com pretensos universalismos quanto aos sujeitos da história. Investigar trajetórias negras, e em especial de mulheres, nos permite problematizar os significados de ser mulher negra, intelectual, esposa, mãe, educadora, dentre outras funções, num contexto extremamente marcado pela atuação e protagonismo masculinos. Imersas em estruturas sociais nas quais raça, gênero e classe social tinham grande potencial de se configurarem em elementos concretos de limitação às suas agências, essas experiências históricas nos contam sobre as possibilidades de reconfiguração desses limites. Tudo isso em uma sociedade que oscilava entre os “silêncios da cor”, o apagamento das mulheres negras e a racialização explícita da população negra em geral.

Voltando à pergunta da seção anterior, retomo: pode a mulher negra falar? Os indícios levantados até o momento nos fazem pensar que a despeito de todo domínio dos códigos culturais da época, mulheres negras pertencentes aos círculos letrados do magistério foram situadas em posição coadjuvante e à retaguarda de seus companheiros

---

<sup>48</sup> *Jornal do Brasil*, 18/12/1948, p.07. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



homens. Ou, talvez, tenham aceitado e mesmo buscado esse lugar de relativa proteção e adequação à moralidade vigente. São algumas das possibilidades em jogo e ainda sem uma resposta definitiva. Contudo, mais importante do que determinar uma resposta fechada a essa questão é o movimento de trazer à tona as experiências de mulheres como a professora Coema Hemetério dos Santos Pacheco, pessoas que se fizeram agentes e construíram suas histórias de vida em diálogo com os padrões de seu tempo.

As formas de se vestir, a estética adotada, o comportamento seguido, o esmero em construir competência intelectual e profissional, dentre outros aspectos, podem ser entendidos como formas de “falar” para os seus e para o mundo. Um “falar” que precisava negociar com mecanismos de controle masculino (negro e branco), dialogar com os modelos vigentes que hipervalorizavam a estética feminina branca, driblando as hierarquias raciais. Uma vida entrecortada pela necessidade de equilíbrio entre o trabalho no magistério e a vida privada (que conjugava casamento e maternidade). E, assim como as mulheres afro americanas pesquisadas pela historiadora Giovana Xavier, conjugando tudo isso a uma “feminilidade respeitável”, à modernidade e à liberdade, buscando transcender “à condição de quase cidadãs”<sup>49</sup>.

A professora Coema obteve relativo sucesso em trajetória profissional, o que serviu também como ratificação das boas qualidades da família negra como um todo, encabeçada pelo patriarca negro. Naquela sociedade recém-saída da escravidão as qualidades intelectuais e comportamentais da moça expressaram narrativas positivas e afirmativas distantes dos falares “elogiosos” que, em linhas gerais, sexualizavam e objetificavam as mulheres negras (“mulatas”). Enquanto alguns intelectuais brancos afirmavam de maneira categórica que as pessoas negras - e em especial as mulheres - eram sinônimos da “degenerescência”, de uma “sexualidade exacerbada” e patológica (sic), mulheres negras como a professora Coema respondiam vivendo e representando o completo oposto dessas concepções. Uma resposta silenciosa sob o peso do poder masculino que nos faz pensar sobre os sentidos para as mulheres negras dessa “conquista do espaço público”. Enquanto para algumas mulheres das camadas médias e altas o exercício de uma vida pública significava ir além do poder masculino sobre suas vidas, talvez para mulheres como a professora Coema este lugar precisasse ser vivido de modo

---

<sup>49</sup> XAVIER, Giovana. *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012, p.03.



mais protegido possível. Assim sendo, talvez o silêncio significasse um meio seguro de estar em um lugar no qual pouquíssimas mulheres negras conseguiam alcançar.

**Data de submissão:** 30/10/2019

**Data de aceite:** 01/04/2020



## Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. **O “crioulo Dudu”**: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, pp. 92-113.

ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. **Do (in) visível ao risível**: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. *Estudos Históricos*, vol. 26, nº 52. Rio de Janeiro: CPDOC, julho-dezembro de 2013, p. 316-345.

BOMFIM, Manoel. **A América latina**: males de origem [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p.190. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>. Acesso em: 10/04/2020, às 15h.

BRASIL, Eric. **Carnavais Atlânticos**: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-Of-Spain, Trinidad (1838-1920). Tese de Doutorado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016, pp.85-86.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DANTAS, Carolina Vianna. **Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República**. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa FBN/Minc, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora 34, 3ª Edição, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memória da plantação**-Episódios de racismo cotidiano; tradução Jess Oliveira. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. **Memórias do Cativo** – família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010 - A abertura para o mundo (1889-1930). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85-132.

MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista. 3 ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **As construtoras da nação**: professoras primárias na Primeira República, pp.07-08. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, s/d. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhel/anais/111\\_maria\\_lucia\\_r.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhel/anais/111_maria_lucia_r.pdf).

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas**: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2014.



RODRIGUES, Raimundo Nina. **Mestiçagem, degenerescência e crime**. Scielo, v.15, n.4, p.1151-1182, out.-dez., 2008.

RODRIGUES, Tadeu Luís Maciel. **Hemetério José dos Santos: educador, homem de letras e sua obra**. IN: Congresso Brasileiro de História da Educação.

SANTOS, Aderaldo Pereira dos. **Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)**. Tese de doutorado em História Social da Educação, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2019, pp.153-154.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Luara dos Santos. **Etymologias, preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPRER-CEFET/RJ), Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2015.

SILVA, Luara dos Santos. **O negro nunca foi fraco, imoral ou ladrão: Hemetério José dos Santos, identidade negra e as questões raciais no pós-Abolição carioca (1888-1920)**. In: Cultura negra: trajetórias e lutas de intelectuais negros. Niterói: Eduff, 2018, v.2, p. 266-296.

SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Revista Brasileira de Educação, n.15, 2000, pp.97-117.

TAVARES, Alessandra P. Barbosa. **Estando com Mano Eloy com seu lindo terno Azul: trajetória e redes de sociabilidade no pós-abolição**. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2015, Florianópolis- SC.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ª ed., 1906.

XAVIER, Giovana. **Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)**. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012.

